

## **O PANORAMA ATUAL DAS ESTRUTURAS RESIDENCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS EM PORTUGAL**

André Filipe Santos Veloso, asveloso@ipb.pt, Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança

Jorge Manuel Afonso Alves, jorge@ipb.pt, Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança / UNIAG / OBEGEF

### **ABSTRACT**

This study aims to carry out a picture of the social economy in Portugal, including the entities belonging to the sector, the activities and the importance of the sector in the national economy. Given the growth of the elderly population held a characterization of nursing homes, with special emphasis on the responses developed by the Santa Casa da Misericórdia and profitable entities. Finally we carried out a comparison of the financial performance of the Santa Casa da Misericórdia and profitable entities for the year 2013. The comparison of the financial performance was conducted through the medium indicators of expenditures, results and sales per resident. The results showed that for-profit nursing homes had, on average, more sales and earnings before interest taxes depreciation and amortization than non-profit nursing homes. On the other hand, non-profit nursing homes had, on average, more personnel expenses and net income than the lucrative nursing homes.

**KEY WORDS:** Social Economy, Nursing Homes, Financial Performance

## **1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1.1. EVOLUÇÃO POPULACIONAL**

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística e Pordata (2016), em 2013, residiam em Portugal 10.457.295 de pessoas. Nos próximos anos, a população tenderá a diminuir (Instituto Nacional de Estatística, 2014). As previsões para 2060 apontam para uma redução perto de dois milhões de pessoas, passando das 10,5 para 8,6 milhões, no cenário central<sup>1</sup>. Em sentido inverso, o envelhecimento demográfico continuará a aumentar. Entre 2001 e 2013 a população com mais de 65 anos cresceu 20%. O número de pessoas com mais de 65 anos, em 2013, foi 2.051.225 representando cerca de 20% do total da população. Em 2060, as estimativas apontam para 3.043 milhares no cenário central (35% do total da população). O índice de envelhecimento em 2013 foi de 136 idosos por cada 100 jovens. Em 2060, no cenário central, poderá atingir o valor de 307.

Outros aspetos de destaque prendem-se com a população em idade ativa e a esperança média de vida. Em relação à percentagem de população em idade ativa era 66% nos Censos 2011, menos 2% do que nos Censos 2001. O índice de renovação da população em idade ativa, que mede a relação entre as pessoas que

---

<sup>1</sup>Cenário central: Previsão esperada; Cenário alto: Previsão otimista; Cenário baixo: Previsão pessimista.

abandonam e entram no mercado de trabalho, em 2011, era cerca de 94, o que revela que por cada 100 pessoas que abandonavam o mercado de trabalho entravam 94. Em 2001, o índice era “positivo”, 143, o que mostra que ocorreu uma redução significativa. Quanto ao índice de sustentabilidade potencial, que analisa a razão entre o número de pessoas em idade ativa (entre os 15 e 64 anos) e o número de pessoas com 65 ou mais anos, em 2011 era 347, ou seja, existiam 347 pessoas em idade ativa por cada 100 idosos ao passo que em 2001 era 414.

Relativamente ao ano de 2013, ambos os índices continuaram em queda, tendo apresentando os valores 86 e 330, respetivamente para o índice de renovação da população e índice de sustentabilidade potencial. As expectativas para o ano de 2060, em ambos os índices, continuam a ser “negativas”. Em relação ao índice de renovação da população, em 2060, as previsões apontam para o valor de 72, no cenário central. No que respeita ao índice de sustentabilidade potencial, as estimativas indicam o valor de 141, no cenário central. Por fim, a esperança média de vida continua a aumentar. Entre o ano de 2001 e 2013, verificou-se o aumento em cerca de 3 anos, 3,36 anos para os homens e 2,58 para as mulheres. Em 2013, o número médio de anos de vida de uma pessoa situava-se em 80, sendo 82,79 anos para as mulheres e 76,91 anos para os homens. As estimativas para 2060, apontam para 84,21 e 89,88 anos, respetivamente para homens e mulheres.

Tabela 1 - Resumo Estatísticas População

Estatísticas População	Ano			Ano 2060 (Previsão)		
	2001	2011	2013	Cenário Central	Cenário Alto	Cenário Baixo
População	10.362.722	10.557.560	10.457.295	8.600.000	9.200.000	6.300.000
Idosos (+ 65 anos)	1.705.274	1.992.034	2.051.225	3.043.000	3.344.000	2.729.000
Em % do Total da População	16,46%	18,87%	19,62%	35,38%	36,35%	43,32%
Índice de Envelhecimento da População	102	128	136	307	287	464
Índice de Renovação da População em Idade Ativa	143	94	86	72	76	60
Índice de Sustentabilidade Potencial	414	347	330	141	149	111
Esperança Média de Vida	77	80		87		
Homens	73,55		76,91	84,21		
Mulheres	80,21		82,79	89,88		

Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estatística e Pordata (2016) e Instituto Nacional de Estatística (2014)

Dos dados anteriormente apresentados, infere-se que nos próximos anos a população Portuguesa tenderá a diminuir. Ao mesmo tempo a população idosa continuará a aumentar bem como a esperança média de vida, ou seja, a população que permanecerá no país irá ser maioritariamente idosa.

## 1.2. A ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL

A economia social em Portugal, vulgarmente também designada por terceiro setor, setor não lucrativo, setor sem fins lucrativos, economia solidária, entre outros (Andrade & Franco, 2007). A economia social compreende as entidades que seguem os princípios orientadores do art.º 5.º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, nomeadamente:

- a) “O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
- b) A adesão e participação livre e voluntária;
- c) O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- d) A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;

- e) O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;
- f) A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;
- g) A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.”

As entidades que integram a economia social são (art.º 4.º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio): a) As Cooperativas; b) As Associações Mutualistas; c) As Misericórdias; d) As Fundações; e) As IPSS não abrangidas pelas alíneas anteriores; f) As Associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social; h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social...”

De acordo com a Conta Satélite da Economia Social, elaborada pelo INE e Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) (2013), em Portugal, no ano de 2010, existiam 55 383 entidades da economia social, sendo a natureza jurídica de associação a forma mais representada (94%), seguida da cooperativa (4,1%).

Tabela 2 - Número de Entidades da Economia Social por Natureza Jurídica

	Cooperativas	Mutualidades	Misericórdias	Fundações	Associações e Outras	Total
Número por Grupo	2.260	119	381	537	52.086	55.383
Peso por Grupo	4,1%	0,2%	0,7%	1,0%	94,0%	100%

Fonte: INE e CASES (2013)

Na Tabela 3 mostra-se os principais indicadores económicos da economia social. Verifica-se que o setor é responsável por 5,5% do total do emprego remunerado, 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e 4,6% do valor remuneratório. Para além das Associações, que foram as entidades com maior influência nos resultados, as Cooperativas, Misericórdias (também designadas por Irmandades da Santa Casa da Misericórdia ou Santas Casas da Misericórdia) e Fundações também tiveram um papel importante, ainda que em menor número.

Tabela 3 - Principais Indicadores Económicos da Economia Social

	Cooperativas	Mutualidades	Misericórdias	Fundações	Associações e Outras	Total da Economia	Peso Economia Social
Número	2.260	119	381	537	52.086	-	
Emprego Remunerado	31.783	4.537	32.493	10.604	146.630	4.138.163	5,50%
VAB (10 <sup>3</sup> €)	747.162	332.249	518.301	361.073	2.301.546	151.413.479	2,80%
Remunerações (10 <sup>3</sup> €)	657.269	176.244	426.939	215.124	2.480.158	86.813.942	4,60%

Fonte: INE e CASES (2013)

Quanto às atividades desenvolvidas, a maior parte foi na área da Cultura, Desporto e Recreio, representando perto de 50%, seguido das atividades de Cultos e Congregações (13,8%) e Ação Social (14,0%).

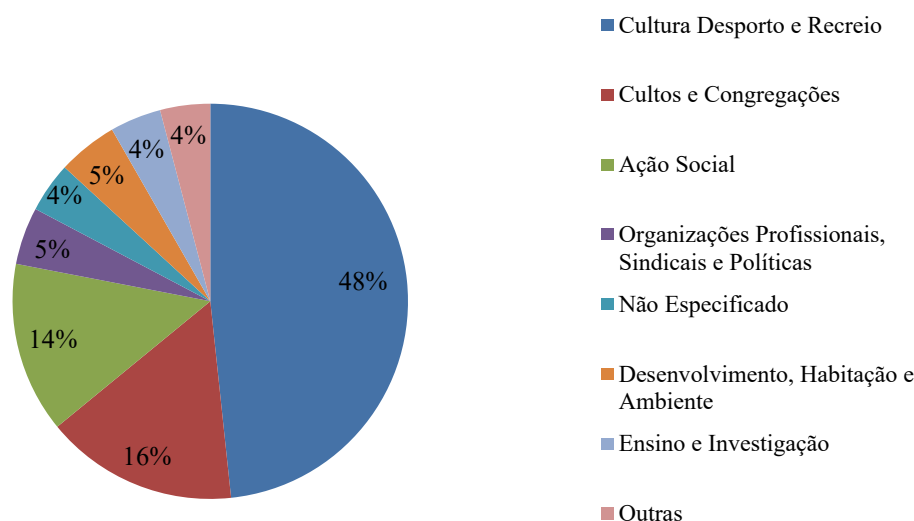


Ilustração 1 - Área de Atividades Desenvolvidas pelas Entidades da Economia Social

Fonte: INE e CASES (2013)

### 1.3. AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, com o “propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público” (n.º 1 do art.º 1.º do Decreto-Lei (DL) n.º 172-A/2014, de 14 de novembro). Os objetivos referidos no artigo anterior realizam-se sobretudo pela prestação de serviços em diversas áreas, designadamente no apoio às pessoas idosas, pessoas com deficiência, apoio à infância e juventude, entre outros (art.º 1.º-A do DL n.º 172-A/2014, de 14 de novembro). As Instituições que podem adquirir o estatuto de IPSS são Associações de Solidariedade Social, Associações Mutualistas ou de Socorros Mútuos, Fundações de Solidariedade Social, Irmandades da Misericórdia e outras Instituições ligadas à Igreja Católica, designadamente Centros Sociais Paroquiais e Cáritas Diocesanas e Paroquiais (art.º 2.º do DL n.º 172-A/2014 de 14 de novembro).

As Misericórdias<sup>2</sup> são “associações reconhecidas na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristãs” (n.º 1 do art.º 68.º do DL n.º 172-A/2014, de 14 de novembro). Além disso, as Misericórdias podem adquirir o estatuto de IPSS (n.º 1 do art.º 2.º DL n.º 172-A/2014, de 14 de novembro).

O facto de uma Instituição deter o Estatuto de IPSS confere-lhe uma relação especial com o Estado. Na verdade, o Estado apoia estas Instituições através de acordos de cooperação que, de forma simplificada, corresponde a comparticipações atribuídas pelo Instituto da Segurança Social (ISS), I.P. por utentes que se encontrem abrangidos pelos acordos. Para além disso, detêm outros privilégios, nomeadamente a nível fiscal com a isenção em vários impostos (Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas, Imposto sobre o Valor Acrescentado, Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosas de Imóveis, entre outros (Marques, 2010).

<sup>2</sup>Das várias entidades não lucrativas, para o presente estudo, aborda-se apenas as Misericórdias devido a serem as únicas entidades das quais se possui informação contabilística.

Quanto ao número de IPSS presentes em Portugal, existiam em 2010 cerca de 5000 entidades. A maior parte de IPSS detinha a forma jurídica de Associação, seguido de Misericórdia, Fundação, Mutualidade e Cooperativa. A Ação Social foi a área de atividade mais desenvolvida (64%), seguido de Cultos e Congregações (20%) e Cultura, Desporto e Recreio. No caso das Misericórdias há uma clara predominância da Ação Social como a atividade mais praticada (94%).

Tabela 4 - Número de Instituições Particulares de Solidariedade Social

	Cooperativas	Mutualidades	Misericórdias	Fundações	Associações e Outras	Total	(%)
Número	117	119	342	209	4.235	5.022	100,0%
(%)	2,3%	2,4%	6,8%	4,2%	84,3%	-	-

Fonte: INE e CASES (2013)

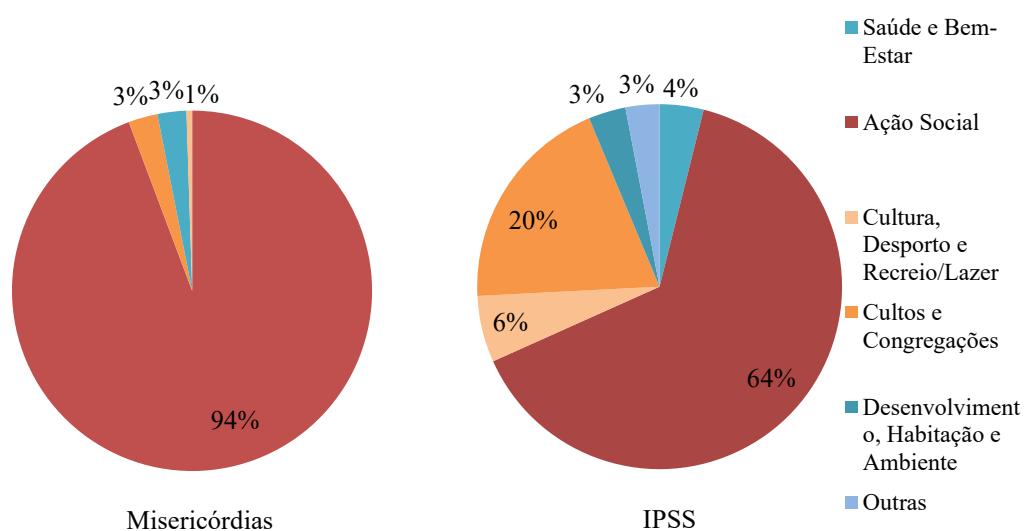


Ilustração 2 - Área de Atividades Desenvolvidas pelas Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social

Fonte: INE e CASES (2013)

#### 1.4. AS RESPOSTAS SOCIAIS EM PORTUGAL

Como se viu no enquadramento populacional a população idosa, ao longo da última década, tem vindo a aumentar, representando em 2013 cerca de 20% da população portuguesa. Além disso, as previsões futuras apontam para um crescimento relativamente significativo, sendo que no cenário central a população idosa representará cerca de 35% da população portuguesa. Associado à população idosa encontra-se, naturalmente, o papel das respostas sociais para as pessoas idosas, designadamente os lares de idosos, adiante designados na nova terminologia Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI). Assim, de seguida mostram-se alguns dados numéricos relativos às respostas sociais em Portugal.

De acordo com o Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS) (2013), as respostas sociais para pessoas idosas, em 2013, designadamente Centro de Dia, Centro de Convívio, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio

Domiciliário, entre outras, foram as respostas sociais mais desenvolvidas pelas entidades do terceiro setor, representando mais de 50% do total das respostas sociais.

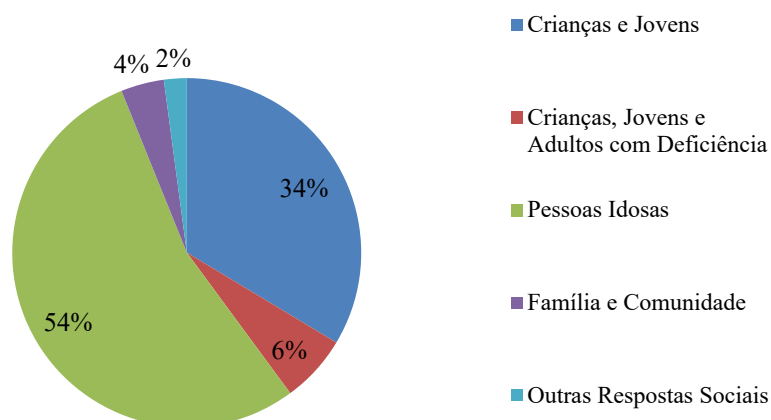


Ilustração 3 - Respostas Sociais por População-Alvo, em 2013

Fonte: GEP-MSESS (2013)

Em relação ao número de respostas sociais e evolução para população idosa, em 2013, registou mais de 7000 respostas sociais, mais 47% do que no ano 2000. A título de comparação, as respostas sociais para crianças e jovens foram perto de 5000 (+ 23% do que em 2000) sendo que nas restantes respostas o número foi inferior a 1000.

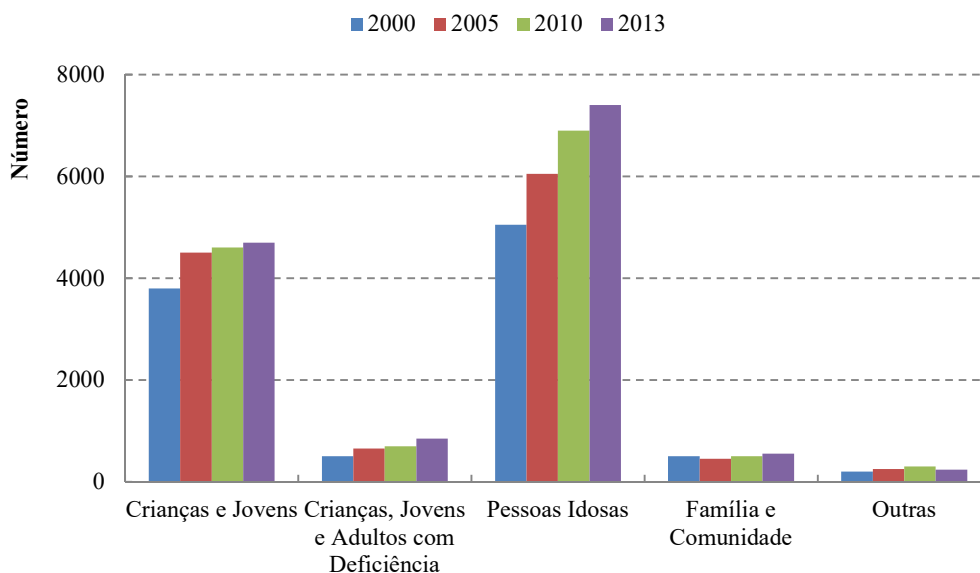


Ilustração 4 - Número de Respostas Sociais por População Alvo para o Período 2000-2013

Fonte: GEP-MSESS (2013)

Na seguinte figura mostra-se o número e evolução de quatro respostas sociais para pessoas idosas. O Serviço de Apoio Domiciliário foi a resposta que apresentou maior número e evolução. Em 2013 existiam mais de 2500 respostas sociais tendo sido registado um crescimento relativo de 66% face ao ano 2000. Em segundo lugar a ERPI registou perto de 2500 respostas sociais e um incremento de 55% em relação ao ano 2000.

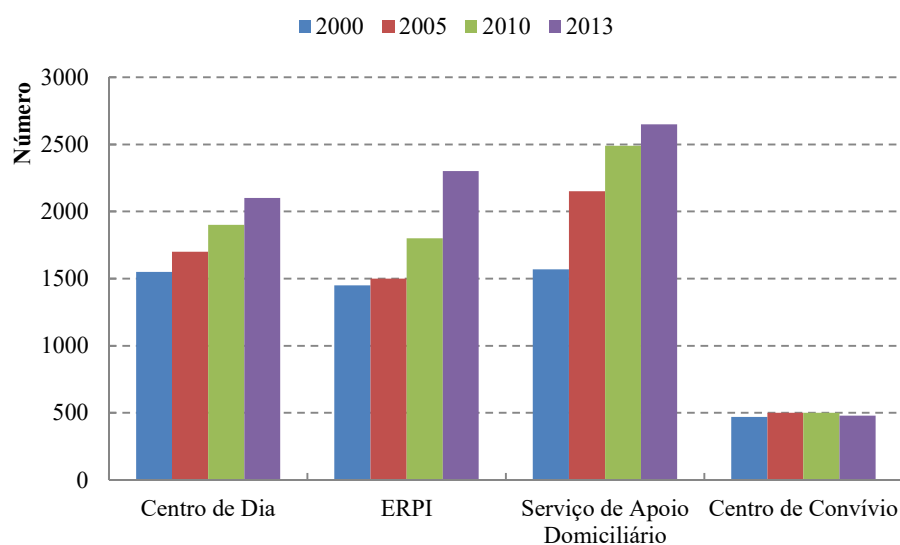


Ilustração 5 - Evolução das Respostas Sociais para as Pessoas Idosas, Continente 2000-2013

Fonte: GEP-MSESS (2013)

Dos dados anteriormente apresentados sobre a evolução das respostas sociais para pessoas idosas entre o período de 2000 e 2013 facilmente se infere que “acompanha”, para o mesmo período, a evolução da população idosa. Isto é, ao mesmo tempo ocorreu um aumento da população idosa e das respostas sociais para essa população alvo. Dadas as previsões da população idosa para 2060, mais 1 milhão de idosos, no cenário central, o correspondente a 35% do total da população, também facilmente se conclui que o número de respostas sociais tenderá a aumentar.

### 1.5. CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE ESTRUTURAS RESIDENCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS EM PORTUGAL

De acordo com o GEP-MSESS (2016), atualmente<sup>3</sup>, em Portugal, existem 2381 ERPI. A capacidade instalada é 93 373 lugares e o número de utentes a frequentar esta resposta social é 85 569, o que corresponde a uma taxa de ocupação de 91,6%. Cerca de 70% do total de equipamentos é assegurado pela rede não lucrativa e mais de 80% dos utentes encontra-se instalado nestas entidades. A taxa de ocupação, na rede não lucrativa, corresponde a 95% ao passo que na rede lucrativa é perto de 80%.

No caso particular das Misericórdias detêm 467 equipamentos, representando 20% do total de equipamentos. Quanto à capacidade e número de utentes corresponde a 26 645 e 25 275, respetivamente, o que mostra uma taxa de ocupação de 95%. De notar que as Misericórdias possuem maior capacidade dos equipamentos e utentes a frequentar as instalações do que toda a rede lucrativa. Na verdade, a maior parte das entidades lucrativas possui apenas um equipamento (apenas 20 entidades possuem mais do que um equipamento, sendo que 18 detêm dois equipamentos). Isto já não acontece nas Misericórdias. De facto, das 300 Misericórdias que possuem a resposta social ERPI, 102 detêm mais do que um equipamento. Além disso, a média da capacidade dos equipamentos e utentes é bastante superior ao das entidades lucrativas. Nas Misericórdias a média da capacidade situa-se em 89 lugares ao passo que nas entidades lucrativas fixa-se em 28 lugares. Quanto ao número médio de utentes, nas Misericórdias fixa-se em 85 enquanto nas entidades lucrativas encontra-se em 22.

<sup>3</sup>A informação é referente a 2016 uma vez que não se encontra disponível para anos anteriores.

Tabela 5 - Resumo da Rede de Equipamentos das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas em 2016

Natureza da Entidade	Total de Equipamentos	Total de Equipamentos (%)	Capacidade e Total	Capacidade Total (%)	Total de Utentes	Total de Utentes (%)	Taxa de Ocupação
Lucrativa	695	29%	19.537	21%	15.519	18%	79%
Não Lucrat.	1.686	71%	73.836	79%	70.050	82%	95%
Misericórdias	467	20%	26.645	29%	25.375	30%	95%
Total	2.381	100%	93.373	100%	85.569	100%	92%

Fonte: GEP-MSESS (2016)

Tabela 6 - Média da Capacidade e Utentes das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas de Entidades Lucrativas e Misericórdias

Natureza da Entidade	Média Capacidade	Desvio Padrão Capacidade	Média Utentes	Desvio Padrão Utentes
Lucrativa	28	17,6	22	15,3
Misericórdias	89	56,3	85	52,6

Fonte: GEP-MSESS (2016)

## 1.6. AS COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS NAS ESTRUTURAS RESIDENCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS EM INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

As IPSS recebem uma comparticipação financeira do ISS, I.P. por utente que se encontre abrangido por acordo de cooperação (em regra 355,0€). Para além desta comparticipação existem as comparticipações dos utentes<sup>4</sup> e descendentes. Na resposta social ERPI encontra-se definido um valor de referência por utente, sendo que em 2013 o valor foi 938,43€. Assim, num período de referência anual, o somatório das comparticipações do utente, descendentes e do ISS, I.P. não pode ser superior ao produto do valor de referência pelo número de utentes em acordos de cooperação, acrescido de 15%. Ou seja, há um limite anual de receitas em relação aos utentes abrangidos por acordo de cooperação. Num exemplo de uma ERPI que possua 60 lugares abrangidos por acordo de cooperação o somatório de receitas anual, para os 60 lugares, em relação a 2013, não podia ultrapassar os 777.020,04€ [(938,43 x 60 x 12) + 15%]. De referir, uma vez mais, que o limite diz respeito apenas aos lugares com acordos de cooperação (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, União das Misericórdias Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e União das Mutualidades Portuguesas, 2012).

A comparticipação financeira constante do ISS, I.P., mediante certas situações, pode sofrer alterações nomeadamente quando existirem utentes em situação de dependência de 2.º grau, na frequência de utentes com dependência de 2.º grau for superior a 75%, nos lugares reservados pelo ISS, I.P. e quando existirem situações de emergência (Ministério da Solidariedade e da Segurança Social et al., 2012).

## 1.7. A PERFORMANCE FINANCEIRA NAS ESTRUTURAS RESIDENCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS

Na literatura é comumente aceite que as ERPI lucrativas possuem *performance* financeira superior às ERPI não lucrativas (e.g. Anderson, Weeks, Hobbs & Weeb, 2003; Knox, Blankmeyer & Stutzman, 2003; DeLellis, 2009). Isto acontece devido ao estatuto lucrativo que a entidade possui. Isto é, enquanto nas entidades lucrativas os resultados financeiros surgem como prioritários, nas entidades não lucrativas são contemplados de forma secundária, sendo que o foco principal é garantir a qualidade dos serviços prestados aos utentes (Ben-Ner & Ren, 2008).

<sup>4</sup>As comparticipações dos utentes devem ser proporcionais aos rendimentos do utente, sendo que pode atingir o limite de 85% do rendimento *per capita*.

No estudo de Rantz et al. (1998) entrevistaram um conjunto de indivíduos envolvidos na prestação dos cuidados, tais como administradores, enfermeiros, entidades reguladoras, colaboradores em geral, sobre o que era a qualidade dos cuidados. Das entrevistas, os autores identificaram dois modelos de ERPI. Um com boa qualidade de cuidados e outro com má qualidade de cuidados. Nas ERPI com boa qualidade de cuidados, o foco principal era o utente e a família. Nas ERPI com má qualidade de cuidados, o foco principal não se encontra definido, podendo ser a sobrevivência financeira da ERPI e os resultados financeiros, sem consideração pelas necessidades dos utentes. Como se viu no estudo de Ben-Ner e Ren (2008) nas ERPI não lucrativas o objetivo prende-se em proporcionar a máxima qualidade de serviços aos utentes, independentemente dos custos associados. Isto já não acontece nas ERPI lucrativas pois imperam os resultados financeiros, o que, segundo Li et al. (2013), leva as ERPI lucrativas a investirem menos na qualidade dos cuidados.

Mais recentemente, Comondore et al. (2009) efetuaram uma revisão de literatura (82 artigos entre os anos 1965 e 2003) sobre a qualidade de cuidados em ERPI não lucrativas e Lucrativas. Os autores concluíram que as ERPI não lucrativas possuíam maior qualidade de cuidados do que nas ERPI lucrativas. As diferenças de qualidade, segundo os autores, podem ser explicadas pelo estatuto lucrativo. Os retornos esperados pelos investidores, impostos e salários da administração são motivos para a Instituição reduzir custos, o que se reflete na posterior qualidade reduzida dos cuidados aos utentes.

Na literatura há consenso relativamente aos gastos com a qualidade dos cuidados serem superiores nas ERPI não lucrativas (e.g. Weech-Maldonado et al., 2012). O estudo de Anderson et al. (2003) é sintomático disso. Numa amostra de 409 ERPI lucrativas e 78 ERPI não lucrativas, a média de gastos totais por utente foi 160,39\$, nas entidades não lucrativas e 124,92\$, nas entidades lucrativas. Além disso, a média dos gastos operacionais verificados nas ERPI não lucrativas foram sensivelmente o dobro das ERPI lucrativas (10 856 511 *versus* 5 984 445). Contudo, quando se comparam os resultados líquidos, constata-se o inverso. A média dos resultados líquidos nas ERPI lucrativas foi 128 618\$ (por utente 2,19\$) enquanto nas ERPI não lucrativas foi -157 021\$ (por utente -6,73\$). No fundo, o estudo de Anderson et al. (2003) traduz em termos numéricos as investigações de Ben-Ner e Ren (2008), Comondore et al. (2009) e Li et al. (2013).

No estudo de Weech-Maldonado et al. (2012) verificaram o papel do estatuto lucrativo e cadeias de ERPI na *performance* financeira. O período do estudo foi entre 1999 e 2004 e incidiu sobre uma amostra de 11 236 ERPI por ano. Os autores utilizaram a margem de lucro (resultado líquido/total de vendas) e margem operacional (resultado líquidos por número utentes - custos operacionais /total de vendas por utentes) como medidas de *performance*. Além disso foi verificado o efeito de outras variáveis organizacionais e de mercado na *performance*. Para estudar o efeito das variáveis organizacionais e de mercado na *performance* foram estabelecidas duas regressões dos mínimos quadrados, uma tendo como variável dependente a margem de lucro e outra a margem operacional.

Os resultados revelaram que, quanto às entidades independentes, as ERPI lucrativas detêm melhor *performance* que as ERPI não lucrativas em ambas os indicadores financeiros. De acordos com os autores o facto de as ERPI lucrativas apresentarem *performance* superior prende-se com o controlo de custos e na maximização das receitas dos utentes, enquanto nas ERPI não lucrativas existem mais gastos nos cuidados com os utentes, o que revela que o foco prioritário é o asseguramento na qualidade de cuidados. Além disso, as ERPI que possuem mais camas e taxa de ocupação mais elevada detêm maior *performance* devido à presença de economias de escala. Em sentido inverso, quanto maior a competição de mercado menor é a *performance*, uma vez que as Instituições, para angariar utentes, podem diminuir os preços. Contudo, nas cadeias e ERPI verificaram-se diferenças. No indicador margem total as ERPI lucrativas independentes detiveram melhores resultados do que as cadeias de ERPI lucrativas. Isto pode ser explicado pelos baixos gastos não operacionais das ERPI independentes e altos gastos financeiros das cadeias de ERPI. Quanto às ERPI não lucrativas não se registaram diferenças entre cadeias e ERPI independentes. As receitas das ERPI independentes advindas de outras fontes parecem compensar as vantagens de custos inerentes às cadeias de ERPI, o que proporciona a não existência de diferenças. Quanto ao indicador margem operacional registou-se

o que era esperado. Ou seja, as cadeias de ERPI detiveram *performance* superior às ERPI independentes, sendo que, uma vez mais, a *performance* foi superior nas entidades lucrativas.

A revisão da literatura apresentada nos parágrafos anteriores originou as seguintes hipóteses de investigação:

H1: As ERPI lucrativas possuem melhores resultados do que as ERPI não lucrativas;

H2: As ERPI não lucrativas possuem mais gastos do que as ERPI lucrativas;

H3: As ERPI lucrativas possuem mais vendas do que as ERPI não lucrativas.

## 2. METODOLOGIA

A amostra deste estudo é composta por 577 entidades lucrativas e 101 não lucrativas. Quanto às entidades lucrativas correspondem às que possuem o Código de Atividade Económica 87301 - Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento. Em relação às entidades não lucrativas são representadas exclusivamente por Misericórdias. A informação financeira corresponde ao ano de 2013 e é proveniente de duas fontes, Sistema de Análise de Balanços Ibéricos e ISS, I.P.

De realçar que apesar das Misericórdias comumente possuírem outras valências, nomeadamente Creche, Pré-Escolar, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, entre outras, na amostra encontra-se apenas a informação contabilística da resposta social ERPI. No caso das entidades lucrativas foram selecionadas aquelas que exclusivamente exercem a atividade ERPI.

No sentido de confrontar a *performance* financeira entre as ERPI lucrativas e não lucrativas recorreu-se à análise da comparação das médias dos indicadores referidos, por utente, através do Teste-T<sup>5</sup>. Dado que o Teste-T é um teste de hipótese paramétrico, implica que se cumpram um conjunto de pressupostos nomeadamente a distribuição da amostra ser normal ou a amostra ser superior a 30. No presente estudo, uma vez que a amostra compreende 368 entidades, não há necessidade da verificação da normalidade (Pestana & Gageiro, 2003).

A análise da comparação por utente ocorreu no sentido de não enviesar a informação contabilística pois, como se viu, as Misericórdias são entidades com dimensão superior às entidades lucrativas pelo que, naturalmente, os seus rendimentos e gastos são superiores aos das entidades lucrativas. De certa forma é compreensível uma vez que a presença de Misericórdias em Portugal começou no ano de 1498, através da Misericórdia de Lisboa, sendo que à data existem várias Misericórdias com mais de 500 anos existência (Andrade & Franco, 2007).

Quanto aos indicadores financeiros foram utilizadas medidas de Rendimentos, Gastos e Resultados. Relativamente aos Rendimentos foi utilizado o indicador Vendas. No que respeita aos Gastos foram empregues os indicadores Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) e Gastos com Pessoal. Por fim, quanto aos indicadores de Resultados foram escolhidas as rubricas Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA), Resultado Operacional e Resultado Líquido.

## 3. RESULTADOS

Na Tabela 7 mostram-se, entre outras medidas, os indicadores financeiros das Misericórdias e Entidades Lucrativas por utente. O número de Misericórdias com duas ou mais ERPI, em 2013, foi 37. Nas entidades lucrativas, apesar de não se possuir informação para 2013, em 2016, apenas sete entidades possuem mais do que uma ERPI, pelo que se pode inferir que em 2013 o número de ERPI foi praticamente constante. O mesmo acontece com o número de utentes. Ou seja, no seguimento do número de ERPI ser semelhante entre

---

<sup>5</sup>A análise foi efetuada no *software* de estatística SPSS.

2013 e 2016, pressupõe-se também, ainda que com as devidas reservas, que o número de utentes foi semelhante em 2016.

Dos indicadores apresentados verifica-se que as entidades lucrativas possuíram Vendas, CMVMC, EBITDA e Resultado Operacional superiores às Misericórdias. Em sentido inverso detiveram Gastos com Pessoal e Resultados Líquidos inferiores. Apenas em dois indicadores, CMVMC e Resultado Operacional não se verificaram diferenças estatisticamente significativas. No que respeita às hipóteses de investigação verifica-se concordância na H3, relativa às Vendas das ERPI lucrativas serem superiores às das ERPI não lucrativas, Quanto às hipóteses H1 e H2, não há evidências estatísticas suficientes que permitam tomar uma posição concordante ou discordante face ao teor das hipóteses (valor de prova do Teste-T superior a 0,05 nos indicadores CMVMC e Resultado Operacional).

Analisando as diferenças obtidas por indicador, nas Vendas, as diferenças encontradas explicam-se pelas participações do ISS, I.P, dimensão organizacional e o estatuto lucrativo. Isto é, o número elevado de utentes das Misericórdias aliado às participações que auferem do ISS, I.P. acaba por diminuir o valor das Vendas ao passo que nas entidades lucrativas aumenta, uma vez que não possuem a participação do ISS, I.P. e o número de utentes é inferior ao das Misericórdias. Quanto aos Gastos com Pessoal, a dimensão organizacional das Misericórdias explica, uma vez mais, as diferenças encontradas. Na verdade, as ERPI têm que respeitar os rácios de funcionários estabelecidos na Portaria n.º 67/2012, de 21 de março. Ou seja, quanto maior for o número de utentes mais funcionários são necessários. Por fim, quanto às diferenças encontradas no EBITDA e Resultado Líquido verifica-se que as entidades lucrativas possuem EBITDA superior mas Resultado Líquido inferior. O EBITDA superior nas entidades lucrativas segue em consonância com a literatura, explicado pela prossecução do lucro e também pelo número reduzido de utentes. Contudo, o Resultado Líquido das Misericórdias ser superior ao das entidades lucrativas vai contra a literatura. Isto pode ser explicado pelo imposto que as entidades lucrativas estão sujeitas, pois como se pode verificar na Tabela 7 o Resultado Operacional das Misericórdias é praticamente idêntico ao Resultado Líquido, ao passo que nas entidades lucrativas há uma redução substancial.

Tabela 7 - Resumo Estatísticas Descritivas

	Misericórdias	Desvio Padrão	Entidades Lucrativas	Desvio Padrão	(P-Value) Teste-T
Número de Entidades	101		267		
Número de ERPI	157		274		
Média de ERPI	1,5	0,9	1,0		
Média Utentes	84	47	27	15	
Média Vendas/Utente	6.620,0	1.406,3	13.106,5	8.180,4	<b>(&lt;0,001)</b>
Média CMVMC/Utente	1.486,6	734,5	1634,9	1.893,1	(0,445)
Média Gastos com Pessoal/Utente	6.300,5	1.323,5	5799,1	2.715,9	<b>(0,019)</b>
Média EBITDA/Utente	1.337,1	1.171,1	1720,1	2.415,6	<b>(0,042)</b>
Média Resultado Operacional/Utente	593,5	1.224,7	692,8	1.944,4	(0,633)
Média Resultado Líquido/Utente	583,8	1.321,9	163,0	1.766,8	<b>(0,030)</b>

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo realizar um retrato da Economia Social em Portugal, nomeadamente das entidades que pertencem ao setor, as atividades desenvolvidas e o peso do setor na Economia Nacional. Além disso, efetuou-se uma caracterização da rede de ERPI em Portugal, designadamente sobre o número de equipamentos, utentes, taxas de ocupação e participações financeiras, com especial destaque para as

Misericórdias. Por fim, realizou-se uma comparação da *performance* financeira, através de indicadores de Rendimentos, Gastos e Resultados, entre ERPI lucrativas e não lucrativas, sendo as ERPI não lucrativas representadas exclusivamente por Misericórdias.

A importância da Economia Social na Economia Nacional é significativa representando 5,5% do total do emprego remunerado, 2,8% do VAB e 4,6% do valor remuneratório (INE & CASES, 2013). Dentro da Economia Social, destaca-se área da ação social para pessoas idosas, designadamente através das ERPI. A população com mais de 65 anos entre o ano de 2001 e 2013 aumentou cerca de 20%, sendo que em 2013 existiam aproximadamente 2 milhões de idosos, representando perto de 20% do total da população (Instituto Nacional de Estatística e Pordata, 2016; Instituto Nacional de Estatística, 2014). Durante este período também sucedeu um incremento das respostas sociais para as pessoas idosas, existindo em 2013 mais de 7000, o que correspondeu a um aumento relativo de 47% face ao ano 2000. As respostas sociais ERPI e SAD foram as mais desenvolvidas em 2013 e registaram os maiores aumentos face a 2000. Quanto à ERPI, em 2013 observaram-se perto de 2500 equipamentos, mais 55% do que em 2000, enquanto no SAD existiam mais de 2500 equipamentos, mais 66% do que em 2000 (GEP-MSESS, 2013).

As previsões futuras para a população portuguesa apontam para uma sociedade envelhecida, sendo que no cenário central existirão 3 milhões de pessoas com mais de 65 anos, mais 1 milhão que em 2013, representando cerca de 36% do total da população (Instituto Nacional de Estatística, 2014). Dado o aumento verificado da população idosa e das respostas sociais na última década, é expectável que, nos próximos anos, as respostas sociais para pessoas continuem a aumentar.

No que respeita à *performance* financeira verificou-se que as ERPI lucrativas possuíram, em média, mais Rendimentos, representados pelas Vendas por utente, do que as Misericórdias. Quanto aos Gastos e Resultados, apenas nos indicadores Gastos com Pessoal e Resultado Líquido se registaram diferenças estatisticamente significativas, sendo, em média, os Gastos com Pessoal e Resultado Líquido por utente superiores nas Misericórdias. De realçar a limitação da discrepância temporal quanto ao número de utentes das entidades lucrativas, uma vez que só foi possível obter informação para o ano de 2016.

Quanto a investigações futuras seria interessante comparar a eficiência financeira das entidades lucrativas e não lucrativas. Além disso, para as IPSS que desenvolvem a resposta social ERPI, seria pertinente verificar as receitas anuais dos utentes que se encontram abrangidos por acordo de cooperação. Isto é, dado que existe um limite de receitas anual, quanto mais a receita se aproximar do limite, poderá indiciar que a Instituição não cumpre o requisito da alínea b) da Norma XVI do Despacho Normativo 75/92, de 20 de maio, que é a prioridade na admissão dos utentes mais carenciados.

## 5. REFERÊNCIAS

- Anderson, R., Weeks, H., Hobbs, B., & Webb, J. (2003). Nursing Home Quality, Chain Affiliation, Profit Status and Performance. *Journal of Real Estate Research*, 25(1), 43-60.
- Andrade, A., & Franco, R. (2007). *Economia do Conhecimento e Organizações sem Fins Lucrativos*. Porto: SPI - Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Ben-Ner, A., & Ren, T. (2008). Does Organization Ownership Matter? Structure and Performance in For-Profit, Nonprofit and Local Government Nursing Homes. *Annual Conference Industry Studies*, Boston, MA, USA.
- Comodore, V., Devereaux, P.J., Zhou, Q., Stone, S., Busse, J., Ravindran, N., Burns, K., Haines, T., Stringer, B., Cook, D., Walter, S., Sullivan, T., Berwanger, O., Bhandari, M., Banglawala, S., Lavis, J., Petrisor, B., Schunemann, H., Walsh, K., Bhatnagar, N., & Guyatt, G. (2009). Quality of Care in For-Profit and Not-For-Profit Nursing Homes: Systematic Review and Meta-Analysis. *British Medical Journal*, 339(7717), 381-384.
- Decreto-Lei n.º 172-A/2014. (2014). *Diário da República 1.ª Série. N.º 221 (14-11-2014)*, 2-26.
- DeLellis, N. (2009). *Determinants of Nursing Home Performance: Examining the Relationship Between Quality and Efficiency*. Tese de doutorado, Virginia Commonwealth University, Richmond, VA, USA.
- Despacho Normativo n.º 75/92. (1992). *Diário da República 1.ª Série-B. N.º 116 (20-5-1992)*, 2369-2374.
- GEP-MSESS. (2016). Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério de Solidariedade, Emprego e Segurança Social. *Rede de Serviços e Equipamentos*. Recuperado em 1 de outubro de 2016 em <http://www.cartasocial.pt/index2.php>.
- GEP-MSESS. (2013). Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério de Solidariedade, Emprego e Segurança Social. *Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos 2013*.

- Instituto Nacional de Estatística & Pordata (2016). População Residente Segundo os Censos - Total e por Grandes Grupos Etários - Municípios. Acedido a 1 de outubro de 2016 em <http://www.pordata.pt/>.
- Instituto Nacional de Estatística. (2014). *População Residente em Portugal com Tendência para Diminuição e Envelhecimento*. INE & CASES. (2013). Instituto Nacional de Estatística & Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. *Conta Satélite da Economia Social*.
- Knox, K., Blankmyer, E., & Stutzman. (2003). Organizational Efficiency and Quality in Texas Nursing Facilities. *Health Care Management Science*, 6, 175-188.
- Lei n.º 30/2013. (2013). *Diário da República 1.ª Série. N.º 88 (08-05-2013)*, 2727-2728.
- Li, Y., Cai, X., Ye, Z., Glance, L., Harrington, C., & Mukamel, D. (2013). Satisfaction with Massachusetts Nursing Home Care was Generally High During 2005-2009, with Some Variability Across Facilities. *Health Aff (Millwood)*, 32(8), 1416-1425.
- Marques, M. (2010). IPSS: Uma Abordagem Fiscal. *TOC*, 120, pp. 45-47.
- Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, União das Misericórdias Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade & União das Mutualidades Portuguesas. (2012). *Protocolo de Cooperação 2013-2014*.
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2003). *Análise de Dados para as Ciências Sociais: A Complementaridade do SPSS*. Lisboa: Sílabo.
- Portaria n.º 67/2012. (2012). *Diário da República 1.ª Série. N.º 58 (21-03-2012)*, 1324-1329.
- Rantz, M., Mehr, D., Popejoy, L., Stauffacher, M., Hicks, L., Grand, V., Conn, V., Porter, R., Scott, J., & Maas, M. (1998). Nursing Home Care Quality: A Multidimensional Theoretical Model Integrating The Views of Consumers and Providers. *Journal of Nursing Care Quality*, 12(3), 47-54.
- Weech-Maldonado, R., Laberge, A., Pradhan, R., Johnson, C., Yang, Z., & Hyer, K. (2012). Nursing Home Financial Performance: The Role of Ownership and Chain Affiliation. *Health Care Management Review*, 37(3), 235-245.